Culturais, referente ao exercício de 2019, marcada para o período de 06.01.2020 a 04.02.2020, considerando que o referido servidor esteve de licença médica no período de 29.11.2019 a 14.04.2020, tendo em vista o contexto atual com a declaração da pandemia mundial do COVID-19. O servidor em questão deverá usufruir férias relativas aos dias suspensos no período de 05.10.2020 a 03.11.2020. (Processo SEI nº 00150-00002428/2020-16).

CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA JÚNIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 19, DE 23 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, V e VII do artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal e em conformidade com o que dispõe no artigo 4º do Regimento Interno do Fundo Único de Meio Ambiente, resolve:

Art. 1º Designar como conselheiro titular do Fundo Único de Meio Ambiente – FUNAM/DF, respondendo pela vice-presidência, a Senhora MÁRCIA FERNANDES COURA, Subsecretária de Assuntos Estratégicos da SEMA/DF, em substituição à Senhora ALESSANDRA ANDREAZZI PÉRES (Designada pela Portaria nº 71, de 2 de dezembro de 2019).

Art. 2º Designar como conselheiro titular, membro nato, do Fundo Único de Meio Ambiente – FUNAM/DF, o Senhor CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Presidente do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM, em substituição ao Senhor EDSON GONÇALVES DUARTE (Designado pela Portaria nº 5, de 15 de março de 2019).

Art. 3º Designar como representante do segmento ambiental, com atuação no Distrito Federal, em substituição à ASSOCIAÇÃO NOVO ENCANTO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO, o INSTITUTO AVALIAÇÃO, PESQUISA, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS, sendo o Senhor PEDRO DANTAS CAVALCANTE, Conselheiro Titular e o Senhor SAULO PASTOR SANTOS, Conselheiro Suplente.

Art. 4º Designar como conselheiro titular da área técnico ambiental do Governo do Distrito Federal, o Senhor IRACILDE TITAN LIMA E SILVA, Gestor Ambiental, especialista em Gestão de Recurso Hídricos, Saneamento Ambiental e Inovação, assumindo a função de Conselheiro Secretário, em substituição à Senhora MÁRCIA FERNANDES COURA (Designada pela Portaria nº 05, de 15 de março de 2019), e como Suplente, o Senhor CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS, Gestor Ambiental, com mestrado em História Ambiental.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições contrárias constantes na Portaria nº 5, de 15 de março de 2019, e Portaria nº 71, de 02 de dezembro de 2019.

JOSÉ SARNEY FILHO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

PORTARIA Nº 17, DE 23 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 217 e no art. 211, § 1º, c/c o art. 255, II, "b", todos da Lei Complementar nº 840/2011, resolve:

Art.1º Instaurar Sindicância Investigativa e constituir comissão destinada à apuração de fatos, incluindo os conexos e identificar os responsáveis constante nos autos do Processo nº 0431-0012530/2018-51 e 0430.001063/2013;

Art. 2º Designar AURELIANO REIS DUARTE, Especialista em Assistência Social - Educador, matrícula 1847600, na qualidade de Presidente; LEANDRO BORGES DA SILVEIRA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 173.142-4, na qualidade de 1º Membro, MARIA ALTAIR VILANOVA VIANA NETA VALENTIM, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 173.044-4, na qualidade de 2º membro;

Art.3º Nas faltas injustificadas, ausências, afastamentos ou impedimentos legais dos componentes da Comissão de que trata esta Portaria, a substituição:

I - do Presidente, se dará pelo 1º Membro da respectiva Comissão; e

II - do 1º ou 2º Membro, se dará pela servidora ANDREA CRUZ GONÇALVES ROSA, matrícula 174.483-6, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, na qualidade de substituto eventual.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

THALES MENDES FERREIRA

PORTARIA Nº 21, DE 22 DE ABRIL DE 2020

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar a revisão e o monitoramento da Carta de Serviços ao Cidadão da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, de

acordo com o Decreto nº 36.419, de 25 de março de 2015, e conforme orientações do Guia Metodológico e Estratégia de Implantação – Carta de Serviço 2ª Edição, setembro de 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 105, parágrafo único, V e VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar a revisão e monitoramento da Carta de Serviços ao Cidadão da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal – SETRAB.

Art. 2º Designar para compor o Grupo de Trabalho os servidores listados a seguir:

I - Helton Ricardo Pereira Carvalho, matrícula 174.940-4, na qualidade de representante da Ouvidoria;

II - Maria Altair Vilanova Viana Neta Valentim, matrícula 173.044-4, na qualidade de representante da Subsecretaria de Atendimento ao Trabalhador e ao Empregador (SATE);

III - Renata Laune Franca Ribeiro, matrícula 276.838-0, na qualidade de representante da Subsecretaria de Atendimento ao Trabalhador e ao Empregador (SATE);

IV - Lilian Jardim Azevedo, matrícula 276.687-6, na qualidade de representante da Subsecretaria de Microcrédito e Empreendedorismo (SME); e

V - Leandro Borges da Silveira, matrícula 173.142-4, na qualidade de representante de comunicação.

Parágrafo único. A coordenação do Grupo de Trabalho ora instituído fica a cargo do representante da Ouvidoria.

Art. 3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, devendo a equipe apresentar ao Gabinete proposta da Carta de Serviços ao Cidadão, para avaliação e encaminhamento à Ouvidoria-Geral do Distrito Federal, da Controladoria-Geral do Distrito Federal para aprovação.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apresentada pelo Grupo de Trabalho.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THALES MENDES FERREIRA

CONTROLADORIA GERAL

PORTARIA Nº 84, DE 22 DE ABRIL DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, inciso II, do Anexo Único do Decreto nº 39.824, de 15 de maio de 2019, consoante o disposto no art. 229, § 1º, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, tendo em vista o disposto no art. 5º, IV, da Lei nº 4.938, de 19 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º Designar DELIO LUIZ FEITOSA SENA GOMES DE SOUZA, Matrícula nº 273.110-X, para substituir a servidora LUCY VERNEQUE SILVA DOS REIS, matrícula nº 275.617-X, na qualidade de substituto eventual da Comissão Permanente no âmbito da Coordenação de Procedimentos Administrativos Disciplinares e de Fornecedores, denominada "CPROC 4".

Art. 2º A Comissão Permanente será composta pelos servidores ELIZETE DA SILVA ANDRADE DIAS, matrícula nº 273.108-8, Presidente, e JOVENAL GONÇALVES DE MORAIS, matrícula nº 276.066-5, Membro; devendo o servidor DELIO LUIZ FEITOSA SENA GOMES DE SOUZA, Matrícula nº 273.110-X, atuar como substituto eventual nos impedimentos legais do titular, em consonância com o art. 229, §7º, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO WANDERSON MOREIRA MARTINS

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 112, DE 22 DE ABRIL DE 2020

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 97-A, inciso III e VI c/c artigo 100, ambos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, c/c artigo 21, incisos I e XIII da Lei Complementar Distrital nº 828/2010 em sua nova redação dada pela Lei Complementar Distrital nº 908/2016 e a Emenda à Lei Orgânica nº 61, de 2012, e ainda a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve: CONCEDER abono de permanência equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária a CELESTINO CHUPEL, matrícula nº. 118.377-X, Defensor Público do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Distrito Federal, lotado no Núcleo de Assistência Jurídica de Iniciais, de acordo com o § 5º do artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, e o que dispõe o artigo 45 da Lei Complementar Distrital nº 769, de 30/06/2008, c/c com o artigo 114 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, a contar 28/12/2019, por haver preenchido os requisitos para aposentadoria nos termos do artigo Art. 2º, incisos I, II, III, letras "a" e "b" da EC 41/2003 c/c artigo 42, incisos I, II, III, letras "a" e "b" c/c artigo 45 da Lei Complementar Distrital nº 769/2008 e tendo optado por permanecer na ativa. Processo nº 00401-00029179/2019-91.

MARIA JOSÉ SILVA SOUZA DE NÁPOLIS